

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação

12 — Publicitação na Bolsa de Emprego Público

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), na página electrónica da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P. e em jornal de expansão nacional, por extracto.

Lisboa, 23 de Julho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo da ARSLVT, I. P., *Dr. Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes*.

203553198

Aviso n.º 15713/2010

Procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhador com vista à constituição de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, para o preenchimento de um posto de trabalho de técnico superior no âmbito regional do mapa de pessoal da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por Despacho da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, de 23 de Julho de 2010, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação no *Diário da República*, tendo em vista o preenchimento de 1 posto de trabalho para a carreira de técnico superior, na área de Serviço Social, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para o Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures.

Para efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º e artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento próprias, presumindo-se igualmente a inexistência de reservas de recrutamento constituídas pela ECCRC, porquanto não foram ainda publicitados quaisquer procedimentos nos termos dos artigos 41.º e seguintes daquela Portaria.

1 — Caracterização do posto de trabalho e perfil de competências

1.1 — Conteúdo funcional — Exercício, com autonomia e responsabilidade, de funções de estudo, concepção e aplicação de métodos e processos inerentes à sua qualificação profissional, nomeadamente,

- Identificar e analisar os problemas e as necessidades de apoio social dos utentes, elaborando o respectivo diagnóstico social;
- Proceder ao acompanhamento e apoio psicossocial dos utentes e das respectivas famílias, no quadro dos grupos sociais que integram, mediante a prévia elaboração de planos de intervenção Social;
- Elaborar, executar e avaliar programas e projectos de intervenção comunitária no âmbito dos Cuidados de Saúde Primários;
- Analisar, seleccionar, elaborar e registar informação no âmbito da sua intervenção profissional;
- Assegurar a acessibilidade e a continuidade dos cuidados de saúde a prestar aos utentes, em articulação com os restantes profissionais do serviço e com os parceiros da comunidade;
- Relatar, informar e acompanhar, situações sociais problemáticas, em especial as relacionadas com crianças, jovens, idosos, doentes e vítimas de crimes de violência ou de exclusão social representando o ACES em projectos e parcerias, nomeadamente na Rede Social, no Rendimento Social de Inserção e na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco;
- Articular-se com os restantes profissionais do serviço para melhor garantir a qualidade, humanização e eficiência na prestação dos cuidados de saúde, participando nas actividades inerentes ao Gabinete do Cidadão.

1.2 — Perfil de Competências — Experiência profissional comprovada no contexto dos serviços que integram a rede de cuidados de saúde primários, no mínimo de 1 ano, que tenha permitido adquirir conhecimentos nas matérias relacionadas com as seguintes actividades a desenvolver:

- Participação nos projectos e programas desenvolvidos no ACES, no domínio de promoção da Saúde, de prevenção, do tratamento da doença e reabilitação.
- Participação nas actividades inerentes ao Gabinete do Utente/Cidadão

2 — Local de trabalho

As funções serão exercidas nas instalações do Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures.

3 — Legislação aplicável

O presente concurso rege-se pelas disposições contidas na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, no Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março, no Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho, na Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, na Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro, na Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, e no Código do Procedimento Administrativo.

4 — Âmbito de recrutamento

Nos termos do n.º 6, do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do Despacho n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro de 2009, do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública e do Despacho de concordância n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro de 2009, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, só podem ser admitidos ao presente concurso os trabalhadores que tenham previamente constituída relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho por tempo indeterminado, por tempo determinado ou determinável, sendo que o recrutamento deve iniciar-se pelos candidatos detentores de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado e só em caso de impossibilidade de ocupação de todos ou alguns postos de trabalho poderá ser efectuado com recurso a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável previamente estabelecida.

5 — Requisitos de admissão

5.1 — São requisitos gerais de admissão, definidos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos de idade completos;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;
- Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

5.2 — São requisitos especiais:

- Titularidade de licenciatura em Serviço Social;
- Detenção de relação jurídica de emprego público previamente constituída, por tempo indeterminado, determinado ou determinável.

5.3 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal, idênticos aos que são objecto do presente procedimento.

6 — Posicionamento remuneratório

Tendo em conta o preceituado no artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o posicionamento dos trabalhadores recrutados será feito numa das posições remuneratórias da carreira sendo objecto de negociação com a entidade empregadora pública, observados os limites impostos pelo n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

7 — Prazo de validade

O presente recrutamento destina-se ao preenchimento dos postos de trabalho colocados a concurso e, caso se verifique a situação prevista no n.º 1 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, será constituída reserva de recrutamento, até ao termo do prazo de validade, desde que abrangida pela autorização exarada nos despachos do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública e do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, acima identificados.

8 — Formalização das candidaturas

8.1 — Nos termos conjugados dos artigos 27.º e 51.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, as candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento obrigatório do formulário tipo, publicitado pelo Despacho/Extracto n.º 11321/2009, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 89, de 8 de Maio e disponibilizado no portal da ARSLVT, IP (www.arslvt.min-saude.pt), e entregues pessoalmente, no Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures, na Urbanização Terraços da Ponte — 2685-101 Sacavém, entre as 09.00 horas e as 12 horas ou 14.30 horas e as 17.00 horas, com indicação do posto de trabalho a que se candidata ou remetidas pelo correio, registado e com aviso de recepção, para a morada supra indicada, podendo, ainda, ser submetidas online para o endereço electrónico (recrutamento.aces06@arslvt.min-saude.pt).

8.2 — A apresentação do formulário de candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes elementos:

- Cópia dos documentos de identificação (Bilhete de Identidade/ Cartão de Cidadão; NIF);

b) Currículo profissional detalhado, devidamente assinado, donde constem, para além de outros elementos julgados necessários, os seguintes: habilitações literárias, funções que exercem e exerceram, bem como a formação profissional detida;

c) Documento comprovativo das habilitações literárias;

d) Documento comprovativo das habilitações profissionais, cursos e acções de formação com indicação das entidades promotoras e respectiva duração;

e) Declaração passada pelo órgão ou serviço onde exerce funções da qual conste a identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, carreira e categoria de que o candidato seja titular e actividade que executa, bem como experiência profissional, nos termos do ponto ii) da alínea d) do n.º 1 do artigo 27.º; comprovativo do referido na alínea f) do n.º 3 do artigo 19.º, e declaração de avaliação de desempenho, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 11.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

8.3 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei. Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de elementos comprovativos das suas declarações.

9 — Composição e identificação do Júri

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 20.º da mesma Portaria, determina-se que o Júri do presente procedimento terá a seguinte composição:

Presidente: Isaltina Meirinho Carrilho Pinto, Técnico Superior de Serviço Social, do Agrupamento dos Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures;

1.º Vogal efectivo: Maria Fernanda Horta Ramos Martins, Técnico Superior de Serviço Social, do ACES V — Odivelas;

2.º Vogal efectivo: Liliana Marina Plácido Rodrigues, técnica superior de Serviço Social, do ACES VI — Loures;

1.º Vogal suplente: Maria Celeste dos Santos Marques Moura, técnica superior de Serviço Social, do ACES Oeste II — Oeste Sul;

2.º Vogal suplente: Ana Maria Antunes Sequeira, Técnica Superior, do ACES VI — Loures.

10 — Métodos de Selecção

Verificada a urgência na ocupação efectiva dos referidos postos de trabalho, a necessidade de uma rápida conclusão do procedimento concursal, bem como o número de candidatos expectável, nos termos do artigo 40.º, da lei de Execução do Orçamento de Estado para 2010, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho, e do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o n.º 2 do artigo 6.º, e n.º 1 do artigo 8.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, será utilizado um método obrigatório e um facultativo.

10.1 — Assim serão utilizados os seguintes métodos obrigatórios:

Os candidatos com prévia relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável e que ocupem idêntico posto de trabalho nesta ARS, serão sujeitos a Avaliação Curricular;

Os candidatos em situação de mobilidade especial e os candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado que, cumulativamente, sejam titulares da categoria e que tenham exercido por último as actividades caracterizadoras do posto de trabalho para cuja ocupação o procedimento vai ser publicitado, serão sujeitos a Avaliação Curricular, excepto se afastada por escrito;

Os restantes candidatos realizarão uma Prova de Conhecimentos.

10.2 — A Prova de Conhecimentos visa avaliar os conhecimentos académicos e, ou, profissionais e as competências técnicas dos candidatos, necessárias ao exercício das funções descritas, com a duração máxima de uma hora, sendo necessário o conhecimento da seguinte legislação, que poderá ser consultada durante a prova:

Lei de Bases da Saúde — Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto, alterada pela Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro;

Estatuto do Serviço Nacional de Saúde — Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, com as últimas alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 276-A/2007, de 31 de Julho;

Orgânica do Ministério da Saúde — Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 234/2008, de 2 de Dezembro;

Lei Orgânica das Administrações Regionais de Saúde, I. P. — Decreto-Lei n.º 222/2007, de 29 de Maio, e Portaria n.º 651/2007, de 30 de Maio;

Regime jurídico da criação, estruturação e funcionamento dos agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde — Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro;

Regulamento da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P. — Regulamento n.º 325/2010, de 5 de Abril;

Regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas — Lei n.º 12-A/2008, de 27 de

Fevereiro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 22-A/2008, de 24 de Abril e alterada pela Lei n.º 64-A/2008 de 31 de Dezembro;

Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas — Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro

Protecção social dos trabalhadores que exercem funções públicas — Lei n.º 4/2009, de 29 de Janeiro;

SIADAP — Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008 de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado 2009);

Tramitação do procedimento concursal nos termos do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro — Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro;

Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem funções públicas — Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro.

Para preparação da prova de conhecimentos recomenda-se a leitura da seguinte legislação específica:

Despacho n.º 23613/2009, 28 de Outubro

Alteração ao Despacho Normativo n.º 34/2007, de 19 de Setembro, que define os termos e as condições em que a segurança social participa os utentes pelos encargos decorrentes da prestação dos cuidados de apoio social nas unidades de média duração e reabilitação e de longa duração e manutenção da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)

Despacho n.º 2732/2009, de 21 de Janeiro Identifica as unidades que integram a Rede, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2008.

Portaria n.º 376/2008, de 23 de Maio

Guia Prático — Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados ISS, I. P.

Portaria n.º 189/2008, de 19 de Fevereiro Altera a Portaria n.º 1087-A/2007, de 5 de Setembro e fixa os encargos globais com medicamentos, realização de exames auxiliares de diagnóstico e apóritos e material de penso nas unidades de internamento da Rede.

Declaração de Rectificação n.º 101/2007, de 29 de Outubro Rectifica os números, 8.º, 12.º e 16.º da Portaria n.º 1087-A/2007, de 5 de Setembro.

Despacho Normativo n.º 34/2007, de 19 de Setembro Define os termos e condições em que a Segurança Social comparticipa, por utente, os encargos decorrentes da prestação dos cuidados de apoio social nas Unidades de Média e de Longa Duração da Rede, com efeitos a 1 de Julho de 2007.

Portaria n.º 1087-A/2007, de 5 de Setembro Fixa os preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e ambulatorio, bem como as condições gerais para a contratação no âmbito da Rede, com efeitos a 1 de Julho de 2007.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 168/2006, de 18 de Dezembro Cria da Unidade de Missão para os Cuidados Continuados Integrados — Coordenação Nacional da Rede.

Despacho Conjunto n.º 19 040/2006, de 19 de Setembro Define a constituição, organização e as condições de funcionamento das equipas que asseguram a coordenação da Rede a nível regional e a nível local.

Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de Junho — Cria a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

10.3 — A Avaliação Curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente, a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida.

10.4 — Os candidatos que obtenham uma valorização inferior a 9,5 valores no método de selecção obrigatório consideram-se excluídos do procedimento, não lhes sendo aplicado o método facultativo.

10.5 — O método de selecção facultativo consiste na entrevista profissional de selecção, a realizar nos termos do artigo 13.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

A entrevista profissional de selecção visa avaliar, de forma objectiva e sistemática, a experiência profissional e aspectos comportamentais evidenciados durante a interacção estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

10.6 — A ponderação do peso de cada método de selecção na nota final é a seguinte:

a) Prova de Conhecimentos/Avaliação Curricular — 70 %;

b) Entrevista Profissional de Selecção — 30 %.

10.7 — As actas do júri, designadamente, aquelas de que constem os parâmetros de avaliação, a ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de classificação final, serão facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

10.8 — A classificação final dos candidatos expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classi-

ficações quantitativas obtidas em cada método de selecção, considerando-se excluído o candidato que tenha obtido uma valorização inferior a 9,5 valores em cada um dos métodos e na classificação final.

10.9 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos será publicada no *Diário da República* e disponibilizada na página electrónica deste Instituto, após homologação.

10.10 — Conforme disposto no n.º 1 do artigo 40.º da lei de Execução do Orçamento de Estado para 2010, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho, os trabalhadores com prévia relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável que se candidatem a procedimentos concursais para ocupação de idênticos postos de trabalho da mesma entidade empregadora pública, para a prestação de cuidados de saúde primários têm preferência, na lista de ordenação final dos candidatos, em caso de igualdade de classificação.

11 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

12 — Publicitação na Bolsa de Emprego Público

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), na página electrónica da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P. (www.arslvt.min-saude.pt), e em jornal de expansão nacional, por extracto.

Lisboa, 23 de Julho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo da ARSLVT, I. P., *Dr. Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes*.
203553862

Aviso n.º 15714/2010

Procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhador com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de 11 postos de trabalho de técnico superior no âmbito regional do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por Despacho da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, de 27 de Julho de 2010, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação no *Diário da República*, tendo em vista o preenchimento de 11 postos de trabalho para a carreira de técnico superior do Regime Geral, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., Serviços de Âmbito Regional.

Para efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º e artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento próprias, presumindo-se igualmente a inexistência de reservas de recrutamento constituídas pela ECCRC, porquanto não foram ainda publicitados quaisquer procedimentos nos termos dos artigos 41.º e seguintes daquela Portaria.

1 — Caracterização do posto de trabalho e perfil de competências

Caracterização do posto de trabalho: Exercício, com autonomia e responsabilidade, de funções de estudo, concepção e aplicação de métodos e processos inerentes à sua qualificação profissional.

Ref.ª A) — 4 postos de trabalho para o Departamento de Estudos e Planeamento (DEP)

— 1 posto de trabalho para o DEP/Estatística, com as seguintes atribuições:

a) Experiência comprovada na utilização de sistemas de dados estatísticos, concretamente à ferramenta Microstrategy, para assegurar a actualização e validação dos dados estatísticos do sistema de informação da ARS — SIARS;

b) Assegurar o tratamento e validação de dados estatísticos/indicadores de saúde para distribuição a várias entidades nomeadamente públicas;

c) Assegurar a resposta ao “Inquérito Anual aos Centros de Saúde” (INE), referente à produção de serviços nas diferentes áreas de actuação dos Centros de Saúde afectos à ARSLVT, I. P., incluindo informação relativa a recursos humanos;

d) Elaborar a publicação anual de dados estatísticos referentes aos Centros de Saúde e caracterizando a sua produção e principais indicadores de saúde;

e) Elaborar estudos prospectivos de apoio à decisão, no que respeita às várias áreas de actuação da ARS;

f) Validar os dados referentes às entidades de saúde convencionadas.

Perfil de competências: É muito valorizada a experiência na área da Saúde (não inferior a 8 anos) com conhecimentos comprovados em métodos estatísticos avançados em Biologia e Ciências da Saúde, assim como na recolha e publicação de dados estatísticos referentes a unidades prestadoras de cuidados de saúde e ainda bom domínio de inglês, falado e escrito.

Na área de Informática e Tecnologias de Informação importa deter: conhecimentos sólidos e comprovados de informática na óptica do utilizador (pacote Office: Word, Excel, PowerPoint e Access e *software* de análise estatística: SPSS e R); sistemas de dados estatísticos sobre a produção dos Agrupamentos de Centros de Saúde e Hospitais com recurso às ferramentas DSS, EIS e Microstrategy e desenvolvimento aplicacional (Microsoft Sharepoint); bons conhecimentos em construção de questionários e sua aplicação via Internet.

— 1 posto de trabalho para o DEP/Licenciamento, com as seguintes funções:

Licenciamento das Unidades Privadas de Saúde

a) Analisar e instruir os processos de licenciamento das unidades privadas de saúde sujeitas ao regime jurídico dos licenciamentos, incluindo as unidades privadas com internamento e recobro, para início de actividade e de continuação de actividade.

b) Elaborar os pareceres de licenciamento que devem acompanhar os relatórios das vistorias efectuadas às unidades privadas de saúde, pelas Comissões de Verificação Técnica, e que devem referenciar as fases e aspectos mais relevantes do processo.

c) Elaborar o documento final de licença a submeter a despacho autorizador do Conselho Directivo, ou, no caso de recusa dar início ao procedimento nos termos do CPA, a submeter a despacho do Ministro da Saúde, de recusa de licenciamento e consequentemente de encerramento da entidade.

d) Instruir os processos de contra-ordenação nos casos de violação das disposições legais em matéria de licenciamento.

e) Preparar as deliberações de autorização provisória de abertura de novas unidades, mudança das já existentes e desenvolvimento de novas valências para além das constantes da licença.

f) Prestar apoio técnico ao Conselho Directivo e Comissões de Verificação Técnica das diversas áreas de cuidados de saúde, a funcionarem junto desta ARS.

g) Propor, participando nas alterações aos diplomas que regulamentam o regime jurídico do licenciamento nas diversas áreas, bem como na emissão de pareceres nessa matéria

h) Participar nas alterações à legislação dos Diplomas de Licenciamento e emissão de pareceres nessa matéria.

Autorização para a Procriação Medicamente Assistida

a) Instruir os processos relativos aos centros públicos e privados, que ministrem, ou pretendam ministrar técnicas de PMA, para submissão a parecer do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida

b) Enviar o processo devidamente instruído, com os pareceres emitidos pelo CNPMA, relativamente ao director clínico e ao cumprimento dos requisitos em matéria de instalações e equipamentos, a despacho autorizador do Ministro da Saúde.

c) Comunicar o despacho à entidade e ao Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida.

Perfil de competências: É muito valorizada a experiência comprovada na área da Saúde (não inferior a 8 anos), concretamente na análise e instrução de processos de licenciamento de unidades privadas prestadoras de cuidados de saúde, bem como na preparação de diplomas legais, regulamentos ou outros instrumentos de natureza normativa e no acompanhamento de processos judiciais e contra-ordenacionais, em matéria de licenciamento. Importa ainda, ser detentor de sólidos conhecimentos sobre os diplomas que regem o regime jurídico do licenciamento das unidades privadas de saúde, nas diversas áreas de prestação de cuidados; Código do Procedimento Administrativo e do Processo de Contra-Ordenação. Ter ainda excelente domínio de francês, falado e escrito, e conhecimentos básicos de inglês, falado e escrito. Na área de Informática ter conhecimentos na óptica do utilizador, principalmente dos programas de Office (Word e Excel).

— 2 postos de trabalho para o DEP/UGRH/Formação, com as seguintes competências:

a) Elaboração e apresentação de propostas de planos de formação profissional;

b) Capacidade em elaborar, coordenar, avaliar e propor as candidaturas no âmbito de programas financiados pelo FSE;

c) Elaboração e análise dos pedidos de comissões gratuitas;

d) Equiparações a Bolseiro;